

V. 03, N.17 Set./Out. 2022

MARÉ DE RESISTÊNCIA: A LUTA DO MOVIMENTO SOCIAL RIBEIRINHO FRENTE À IMPLANTAÇÃO PORTUÁRIA DO AGRONEGÓCIO NO BAIXO TOCANTINS

TIDE OF RESISTANCE: THE STRUGGLE OF THE RIBEIRINHO SOCIAL MOVEMENT AGAINST THE PORT IMPLEMENTATION OF AGRIBUSINESS IN BAIXO TOCANTINS

MAREA DE RESISTENCIA: LA LUCHA DEL MOVIMIENTO SOCIAL RIBEIRINHO CONTRA LA IMPLEMENTACIÓN PORTUARIA DE LA AGROINDUSTRIA EN EL BAIXO TOCANTINS

João Sergio Neves da Silva

Universidade Federal do Pará

ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-5533-8234>

Nirvea Ravena

Universidade Federal do Pará

ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-1446-2172>

Vanilda Ferreira

Universidade Federal do Pará

ORCID – <https://orcid.org/0000-0001-7871-3949>

Resumo: As comunidades tradicionais ribeirinhas na região das ilhas de Abaetetuba experimentam com intensidade crescente os efeitos da construção e operação do complexo portuário da Cargill Agrícola S.A. Desde 2018, os modos de vida, a sobrevivência desses grupos estão, comprometidos e ameaçados pela intensa navegação de barcaças na baía do Capim. Neste artigo busca-se refletir de que forma os movimentos sociais ribeirinhos são capazes de produzir estratégias de ação política. A articulação de forças, com Instituições de apoio, Cáritas, CPT, STR, FASE, MORIVA, MP e Defensoria Pública do Estado oferecem uma forma de resistência organizada aos efeitos dos interesses econômicos da empresa Cargill Agrícola S.A. As informações foram coletadas por meio de levantamento documental e da pesquisa de campo, através de métodos qualitativos, com entrevistas às lideranças do movimento social local, no total de (08) e de lideranças das Instituições de apoio, no total de seis (06). Por meio do estudo descritivo das estratégias de ação e dos mecanismos de institucionalização do movimento social ribeirinho no Baixo Tocantins revelou-se que a empresa ignora seus direitos territoriais, com o processo de expropriação, com a cooptação das lideranças, estabelece conexões políticas com os entes municipais, estaduais, federais, para concretização da construção do TUP-Abaetetuba.

Palavras-Chave: Ribeirinhos. Movimento social. Agronegócio.

Abstract: Traditional riverside communities in the Abaetetuba Islands region are experiencing the effects of the construction and operation of the Cargill Agrícola S.A. port complex with increasing intensity. Since 2018, the ways of life, the survival of these groups are compromised and threatened by the intense navigation of barges in the Bay of Capim. This article seeks to reflect on how riverine social movements are capable of producing political action strategies. The articulation of forces, with supporting institutions, Cáritas, CPT, STR, FASE, MORIVA, MP and the State Public Defender's Office offer a form of organized resistance to the effects of the economic interests of the company Cargill Agrícola S.A. The information was collected through a documentary survey and field research, through qualitative methods, with interviews with the leaders of the local social movement, in a total of (08) and with leaders of the Support Institutions, in a total of six (06) . Through the descriptive study of the action strategies and institutionalization mechanisms of the riverside social movement in Baixo Tocantins, it was revealed that the company ignores its territorial rights, with the process of expropriation, with the co-optation of leaders, it establishes political connections with the entities municipal, state, federal, to complete the construction of the TUP-Abaetetuba.

Keywords: Ribeirinho. Social movement. Agribusiness.

Resumen: Las comunidades ribereñas tradicionales de la región de las islas Abaetetuba están experimentando con creciente intensidad los efectos de la construcción y operación del complejo portuario de Cargill Agrícola S.A. Desde 2018, los modos de vida, la supervivencia de estos grupos se ven comprometidos y amenazados por la intensa navegación de barcazas en la Bahía de Capim. Este artículo busca reflexionar sobre cómo los movimientos sociales ribereños son capaces de producir estrategias de acción política. La articulación de fuerzas, con instituciones de apoyo, Cáritas, CPT, STR, FASE, MORIVA, MP y la Defensoría Pública del Estado ofrecen una forma de resistencia organizada a los efectos de los intereses económicos de la empresa Cargill Agrícola S.A. La información fue recolectada a través de una encuesta documental e investigación de campo, a través de métodos cualitativos, con entrevistas a los líderes del movimiento social local, en un total de (08) y a líderes de las Instituciones de Apoyo, en un total de seis (06) . A través del estudio descriptivo de las estrategias de acción y mecanismos de institucionalización del movimiento social ribereño en el Baixo Tocantins, se reveló que la empresa desconoce sus derechos territoriales, con el proceso de expropiación, con la cooptación de líderes, establece vínculos políticos con las entidades municipales, estatales, federales, para culminar la construcción del TUP-Abaetetuba.

Palabras clave: Gente ribereña. Movimiento social. agroindustria.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada Maré de resistência: A luta do movimento social ribeirinho frente à implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins. A partir de sua linguagem, eles exprimem a interpretação dos fenômenos naturais, a exemplo, do que

chamam de maré, as marés são a subida e descida cíclica do nível do mar ou de um rio. O quanto a maré sobe e desce é chamado de amplitude de maré (diferença entre a maré baixa e a maré alta), quando o movimento das águas inunda as margens dos rios, furos, igarapés e igapós e nada impede sua ação, sua força e magnitude.

Na Amazônia configura-se uma diversidade de práticas, costumes e narrativas que fazem parte das experiências de vida de pescadores, extrativistas, camponeses, ainda de indígenas e quilombolas que resultam de formas de interação com a natureza no labor, na contemplação, na afetividade. Estes agentes criam expressões linguísticas como banzeiro, remanso, preamar, maré lançante, originados de conhecimento específico do seu mundo e cotidiano, o qual dá sentido ao seu imaginário e sensibilidades. Por isso, neste trabalho utilizo, esta expressão linguística para comparar a ação do movimento social local ribeirinho frente à implantação do Terminal de Uso Privado (TUP) em Abaetetuba-PA, com a maré, com marés de resistência social.

Recentemente, a região englobando as ilhas do Capim e do Xingu, ambas em Abaetetuba-PA no Baixo Tocantins, por apresentar condições físicas e geográficas favoráveis, foram escolhidas para a construção de um porto graneleiro do tipo TUP, empreendimento da multinacional Cargill Agrícola S.A. No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) descrevem-se as características do empreendimento:

(...) este Terminal pretende, em sua capacidade máxima, receber nove milhões de toneladas de cargas de grãos por ano (milho, soja e outros) transportadas exclusivamente por meio aquático, vindas de diversos estados do país que chegarão no rio Pará (baía do Arrozal) por barcaças (tipo de balsa) e de lá seguirão por meio de navios, pelo oceano para serem exportadas para outros países (AMBIENTARE, 2018, p. 4).

O projeto pretende construir o maior porto fluvial graneleiro, em capacidade de movimentação no Arco Norte¹. Na região, Abaetetuba passará a receber as barcaças com soja trazidas de Santarém-PA, inserindo-

se na economia globalizada como “corredor de exportação de commodities” para o mercado internacional e infere-se que tais intervenções desenvolvimentistas correspondem a diferentes modalidades ALMEIDA, 2020, p.22:

Atualmente, medidas de desenvolvimento, que também são interpretadas como expressões de "neocolonialismo", ganham força de megaprojetos de logística e infraestrutura, cuja designação concerne a metáforas geométricas, tais como: "trapezoide", "quadrilateral férreo" e "arco de mineração", bem como "corredor" e "complexo". Podemos citar para ambos, no caso da região pana-amazônica, o "Corredor Carajás", o Colombiano "Trapézio Amazônico", o "complexo madeira" e o projeto do Arco Norte no Brasil, combinado com os chamados "corredores ecológicos" e noções relacionadas como: "Arco do desmatamento", "polígono do Castanhas" e os "mosaicos" chamados de proteção ambiental.

4

O município de Abaetetuba-PA está localizado na porção setentrional do estado do Pará, na microrregião do Baixo Tocantins, distantes a 60 km, em linha reta de Belém. Esse município possui extensão territorial de 1.610,654 km², limita-se ao Norte com o Município de Barcarena e o rio Pará; ao Sul com o município de Igarapé-Miri; a Leste com o município de Moju e a Oeste com o município de Limoeiro do Ajurú e com a Baía de Marapatá.

Na região insular de Abaetetuba se localizam as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades ribeirinhas que constroem sua historicidade e razão de ser do seu tipo social por meio de processos interativos com as florestas, os rios para extrair recursos, naturais. Trata-se de comunidades tradicionais de longa ocupação, cujo modo de existência se organiza a partir do cultivo, sobretudo do açaí, os extrativismos e principalmente da pesca (ALMEIDA (2004); ACEVEDO MARIN (2015); MARTINS, (2017). Pescadores, extratores e agricultores comercializam os produtos de sua atividade nas feiras da cidade, principalmente.

A multinacional Cargill atua no Brasil desde 1965 e é uma das maiores companhias do agronegócio mundial. As intenções de construção do terminal fluvial graneleiro no Pará completa a estrutura logística da multinacional, garantindo o aumento da capacidade de escoamento da

safra brasileira de grãos, pois representa uma alternativa para os portos saturados do Sul e Sudeste do país, por isso justifica seus objetivos nestes termos:

A Cargill precisa construir um novo terminal para receber os produtos vindos de seus empreendimentos localizados em Miritituba (PA) e Porto Velho (RO), e depois enviá-los para exportação. O município de Abaetetuba possui uma localização estratégica, pois está próximo da capital Belém e do Oceano Atlântico. Além disso, o local onde se pretende instalar o TUP na ilha do Xingu, encontra-se protegido de grandes variações de maré, aumentando a segurança operacional de manobras dos navios e barcaças, e reduzindo o risco de acidentes (AMBIENTARE, 2018, p.10).

5

Figura 1 - Embarque dos grãos em navios por meio do sistema de carregamento para exportação, imagem ilustrativa.



Fonte: Ambientare (2018, p.13).

Na região de Abaetetuba-PA, movimento social local surge um novo ator sociopolítico - o ribeirinho -, que pauta em suas demandas: a afirmação identitária, a reprodução de modos de vida sustentáveis, o reconhecimento da diversidade cultural, a garantia de permanência no território, o respeito das multiplicidades de saberes, a permanência de relações sociais específicas, das memórias e seus significados. Esses atores sociais agem face um adversário político e econômico voraz e sem precedentes, r a combinação de interesses do Estado e do capital transnacional.

De um lado, entende-se que existe um campo de forças desiguais, o que Bourdieu (2010) chama de campo político, nas quais os adversários possuem armas desiguais, capitais e poderes simbólicos desiguais, desde os

processos decisórios pela escolha da região como neste caso da sede do Terminal Portuário de Grãos, até a efetivação da construção final do empreendimento. De outro, novos movimentos sociais reconfiguram-se no tempo, com expressões, ações e discursos renovados conforme interpreta LEFF, 2007, p.150:

(...) pelas suas novas demandas de participação social, pela obtenção de bens simbólicos e pela recuperação de estilos tradicionais de vida, mas também pela defesa de novos direitos étnicos e culturais e de reivindicação de seu ancestral patrimônio de recursos ambientais, de luta pela dignidade e pela democracia contra a opressão e superexploração de grupos sociais, e pelo direito de reapropriação e autogestão de seus recursos.

6

O objetivo é analisar as limitações e os alcances das estratégias de ação coletiva utilizadas pelos Movimentos Sociais locais do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso (Xingu) e o Santo Antônio (Capim). É a compreensão das práticas políticas no âmbito das estratégias de luta adotadas para por esses grupos que permitem aferir suas demandas e mobilizações, em face ao projeto que se tenta desenvolver de construção do TUP na região.

Este trabalho parte da necessidade urgente de difusão do debate sobre as contra hegemonias na Amazônia. E sobretudo à contribuição para o empoderamento das ações de resistência sociais de movimentos sociais locais na região de Abaetetuba e Barcarena face ao longo processo de instalação de projetos industriais e infraestruturas que tem efeitos cumulativos e novos sobre os modos de existência de povos e comunidades tradicionais. Debate feito a partir da análise sobre as estratégias de “ação coletiva” do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Santo Afonso/ Santo Antônio, frente à implantação do projeto portuário da Cargill Agrícola S.A, nas ilhas Xingu/Capim, para se contrapor a construção do terminal portuário na Ilha.

O universo da pesquisa constituiu-se dos atores participantes dos movimentos sociais locais, representados por 08 integrantes vinculadas ao Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santo Afonso (Xingu)/ Santo

Antônio (Capim), e um dirigente por instituição: Movimento dos Ribeirinhos Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Comissão Pastoral da Terra CPT-Guajarina, Colônia de pescadores Z -14, Cáritas Comissão Diocesana e Ribeirinha de Enfrentamento aos Grandes Projetos, e da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE. Desde 1986, atua na região a Associação dos Moradores das ilhas de Abaetetuba-AMIA, primeira organização ribeirinha do município, aos dias atuais e o trabalho reflete esse recorte temporal no qual está referida sua atuação local e regional, dessa forma entendemos esse ano como eixo temporal desta pesquisa.

A abordagem metodológica dos seguintes entes: Federal, Estadual e Municipal foi realizada através do mapeamento de argumentos e decisões políticas institucionais e jurídicas, de análise das relações e ações práticas, a partir de levantamento documental, identificando a participação e individualização destas entidades no processo macro e micro estrutural, de viabilização ou não do empreendimento. Foram colidas, as seguintes fontes de documentação: Processos Judiciais, Licenças de Operação, Licença Instalação, Autorização de Operação, documentos oficiais dos órgãos Federais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-(INCRA), Secretaria Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade-(SEMAS), Marinha do Brasil.

Os dados foram coletados por meio de levantamento documental e pesquisa de campo, utilizando-se: a) contato inicial do pesquisador com interlocutores locais; b) investigação empírica do contexto do conflito local com a inserção do pesquisador e de seu entorno; aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas.

Para compreensão da metodologia e dos resultados, se torna relevante, realizar uma abordagem conceitual, a partir da teoria clássica de Weber (2010), sobre a ação social, (inclusive a omissão ou tolerância) e afirma que está pode se orientar pelo comportamento passado, presente ou esperado como futuro dos outros (vingança por prévios ataques, defesa do ataque presente, regras de defesa contra ataques futuros). O sociólogo

alemão classifica a ação como racional em ordem a fins, determinada por expectativas do comportamento de objetos do mundo exterior e dos outros homens, utilizando estas expectativas como “condições” ou “meios” para fins próprios racionalmente intentados e ponderados como resultado, racional quanto a valores, determinada pela crença consciente no valor ético.

As comunidades tradicionais de Abaetetuba estão organizadas e engajadas na luta pelos direitos comuns, como recursos naturais, água, território, manutenção da vida, saberes e práticas coletivas enraizadas nos seus modos de existência social. O movimento social local, formado por pescadores, extrativistas, açaicultores, carpinteiros, lavradores, artesãos, marítimos, ribeirinhos, constituem uma somatória de categorias sociais, não apenas luta de resistência ao poder da empresa. Desta forma as comunidades tradicionais das ilhas PAE - Santo Antônio e Santo Afonso estabelecem o que Weber (2010), define como luta:

Denominar-se-á luta uma relação social quando a acção se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Chamar-se-ão meios “pacíficos” de luta os que não consistem na violência física efectiva. A luta “pacífica” chamar-se-á “concorrência” quando, enquanto competição formalmente pacífica, se trava em vista do poder próprio de disposição sobre probabilidades que também os outros desejam. (WEBER 2010, pag.72).

Na perspectiva de Weber (2010), as ações sociais possuem um sentido, nesta abordagem que estão configuradas através de fatores: como expropriação de território, privações de recursos naturais, defesa da identidade tradicional, formas específicas de produção, práticas e saberes coletivos. Além destes fatores relevantes se somam, aos direitos legais conquistados pelas populações tradicionais, garantidos pelas convenções internacionais do qual o Brasil é signatário, a 169 da OIT e legislações federais como o decreto nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos Projetos de Assentamentos, Reservas extrativistas.

Essas ações na perspectiva deste trabalho, são orientadas por fins (território) e valores (princípios do bem viver) estão baseados na visão de mundo dos indivíduos (universo cultural dos ribeirinhos) e grupos sociais (entidades de apoio ao movimento social local), resultantes dessas motivações. Ainda, precisam ser considerados, os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais, pois há significações internas de ordem cultural nos comportamentos coletivos.

Os ribeirinhos desenvolvem práticas de organização social, cultural, econômica e ambiental em territórios de uso comum sem grandes transformações. As atividades econômicas fundamentais à existência desses agentes sociais são exercidas em um território concebido como comum e o uso dos recursos obedece a um sistema de regras de usufruto consensuais.

Entre as perspectivas teóricas metodológicas de análise dos movimentos sociais apoio-me na Teoria de Mobilização Política. Esta teoria tem como objetivo a compreensão dos comportamentos coletivos e sociais. Os autores McAdam, Tarrow e Tilly (2009) atribuem as mudanças nos comportamentos ao processo político, ao Estado, à estrutura de poder e a organização de política. Para esses autores, a ação coletiva pressupõe o desenvolvimento da autonomia do social e de espaços políticos por direitos embasados por uma cultura política democrática e por instituições políticas formais e representativas.

Desde a perspectiva clássica de Touraine (1978), os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva: eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça ou independência nacional. Ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios (TOURAINÉ, 1978, p.45) Existem três princípios na concepção clássica de Touraine, sobre a interpretação do movimento social: identidade, oposição e totalidade. A identidade neste caso, se caracteriza pelo ator coletivo pertencente às comunidades tradicionais. A oposição são os adversários do movimento social local, representados pelos interesses da Cargill e do Estado. A

totalidade refere-se as estratégias as quais iram favorecer ou não o êxito do movimento.

As ações desenvolvem um processo social político-cultural, que favorece o auto reconhecimento, a luta por uma identidade coletiva e a mobilização social a partir dos interesses em comum dos autodenominados ribeirinhos. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais políticos e compartilhados pelo grupo em espaços coletivos não institucionalizados.

O relevante é descortinar as articulações de forças que somadas podem oferecer uma potente forma de resistência organizada, aos efeitos danosos de mobilidade do capital e dos interesses econômicos da empresa. Foi o que ocorreu com a criação da Reserva Extrativista (RESEX) na Ilha Capim em 2013, através das estratégias de ação e a institucionalização do movimento, a partir de suas demandas foram fundamentais para a criação, proteção e a gestão dessa Resex.

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário-ANTAQ permitiu operar na região Amazônica 72 instalações portuárias, sobre um total de 209 liberadas para o Brasil todo. Destes 20 portos estão listados para o baixo Tocantins (Abaetetuba e Barcarena) e mais oito (8) portos no estado do Amapá (Amapá e Santana) no período de 2013 a 2018. O Baixo Tocantins (Barcarena e Abaetetuba) tornou-se cenário da ambição, especulação e conflitos face aos vários projetos de infraestrutura planejados.

A região compreendida pelas Ilhas Capim/ Xingu, foi definida como área de estudo por se constituir estratégica para o escoamento da produção brasileira de grãos, para onde as tradings como a multinacional Cargill, passaram a olhar como alternativa aos portos saturados do Sul e Sudeste do país. Eleger-se-á as unidades sociais e agentes inseridos no Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santo Afonso (Xingu)/Santo Antônio (Capim).

A Baía do Capim é um estreito natural que muitas gerações de pescadores, marítimos utilizam como fonte de extração de recursos pesqueiros e para a navegação de embarcações de passageiros e cargas. Com o intenso trânsito de barcas e futuramente dos navios graneleiros deixará de ser utilizada pelas comunidades tradicionais. A negação ou restrição a navegação para esses grupos nas baías e rios, aniquila a identidade cultural relacionada aos meios fluviais, os modos de sobrevivência e locomoção ribeirinha, com a possível instalação do TUP-Abacetuba.

Existem mais de 30 pontos de pesca na Baía do Capim e é desses pontos de pesca que os pescadores retiram seu sustento. Por décadas utilizam-se de redes de malha fina e espinhéis (linha com mais de 50 a 100 anzóis, que capturam peixes de grande porte como filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), peixes que fazem parte do sustento das famílias, e em certas ocasiões são comercializados em Abacetuba.

A partir do ano 2003, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicato dos trabalhadores Rurais- STR e a Colônia dos pescadores Z-14 e Abacetuba-PA, decidiram que deveriam articular os ribeirinhos na luta por representatividade e suas demandas. Inicia-se a instalação dos PAE's - Projetos de Assentamentos Agroextrativistas nas Ilhas de Abacetuba, pois havia a necessidade de uma organização específica dos Ribeirinhos, esse processo institucionaliza o movimento social local.

Nesse período foram incluídas 12 das 20 ilhas, que deveriam receber recursos para o referido projeto. A partir de encontros locais, surgiu o MORIVA, Movimento Ribeirinho das Ilhas e Várzeas de Abacetuba. O PAE - Santo Antônio, pertence a ilha Capim – criado através da Portaria nº. 55 de 16 de dezembro de 2005, número de famílias 118 e 1.253,36 há e o PAE Santo Afonso pertence à Ilha Xingu – criado sob a Portaria nº. 37 de 28 novembro de 2005, e 188 famílias.

Os movimentos sociais do PAE Santo Afonso/Santo Antônio estão organizados a partir de novas estratégias de ação, formam aliança com outras comunidades tradicionais adjacentes, possuem pautas de reivindicações conjunta e estão associados com as ONGs, como o MORIVA (Movimento de Ribeirinhos de ilhas e várzea de Abaetetuba), Comissão Pastoral da Terra, Cáritas-Comissão Diocesana para enfrentamentos dos grandes projetos e Colônia dos Pescadores, Z-14

Os Projetos de Assentamento estão presentes no EIA/RIMA da Cargill Agrícola, que identifica na Área de Influência Direta e Indireta (AID e AI) um total de 20 (vinte) Projetos Agroextrativistas de Assentamento-PAE, EAI/RIMA (2018, p. 25) e reconhece, que se trata “de uma modalidade de assentamento destinada a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas.

Portanto existe uma relação predatória que está em curso, na região das Ilhas de Abaetetuba (Capim/Xingu), devido a possibilidade de execução do projeto de construção da infraestrutura portuária da Cargill Agrícola S.A. O processo em curso, de construção do empreendimento, TUP-Abetetuba ameaça aniquilar os modos de vida, a natureza do lugar, a cultura, a história das comunidades tradicionais que ao longo de gerações estão presentes nas Ilhas Capim e Xingu.

A partir deste fato o movimento social local, protagoniza a defesa do território e o enfrentamento das práticas abusivas dos interesses da Cargill Agrícola S.A na região. Por isso destaco que entender o comum, o que designa um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista é fundamental, DARDOT; LAVAL, 2016, p.54, enfatizam que:

O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em

escala mundial. O comum é o conjunto das condições e dos resultados da atividade humana, a um só tempo “recursos comuns” e produtos comuns.

As comunidades tradicionais das Ilhas Capim e Xingu estão ameaçadas por expropriação e expulsão de seus territórios e no seu lugar é oferecido um vago e suspeito progresso e desenvolvimento, alude-se a geração de empregos, renda e impostos, mas de fato, o que está sendo ocultado é o cenário devastador e de incertezas para esses grupos sociais. Nas palavras de uma importante liderança do movimento social local:

Nós luta, há muitos anos contra várias empresas e a gente vem sendo enganado, mas agora nós não vamos nos calar, e aceitar os que eles querem nós dá, para entrar no nosso território, de jeito nenhum, querem conversar só conosco da liderança, não aceitamos, vamos brigar contra eles. Nós já tem, na consciência, o que eles querem trazer pra nós, tem pessoas, que já morreram, com doenças tem as que estão sofrendo com coceiras, queda de cabelo. Muitas famílias já saíram porque não conseguiram, ficar e estão morando em favela na cidade. Eu nasci e me criei aqui, não precisava de ajuda de governo, aqui não tinha nem escola, vivemos do nosso trabalho, agora vem o governo dizer que temos que aceitar esse projeto, nós vamos lutar. (E. R. D. C. V. integrante do PAE- Santo Antônio II, 26/01/21).

É estabelecido consenso entre os integrantes do PAE - Santo Afonso e PAE - Santo Antônio, sobre as ações e agressões danosas ao meio socioambiental, promovidas pela multinacional Cargill Agrícola S/A na região. Considera-se neste sentido que, há um confronto em curso, e que o movimento social local, evidencia-se como protagonista na luta baseada em estratégias de resistências, desenvolvidas a partir de um conjunto de ações articuladas e planejadas, no enfrentamento das ações de seu opositor (Cargill Agrícola S/A).

As narrativas dos integrantes do movimento social local, nos exemplificam a força intimidadora representada pelo poder econômico da empresa Cargill Agrícola S/A. Os relatos dos ribeirinhos são descritos, através de intimidações, ameaças, se configurando um cenário de arbitrariedades e violência simbólica, quando se refere a invasão das terras do PAE - Santo

Afonso, por parte da Cargill Agrícola S/A, inclusive com a instalação de uma cerca em 2015, delimitando a área de construção do TUP- Abaetetuba, nas terras do PAE - Santo Afonso.

Podemos classificar ameaças como as que significam posicionamentos divergentes, contraditórios e omissos, formadas pelas Agências de Estado: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS, Secretaria de Patrimônio da União - SPU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do poder executivo municipal, que direciona suas pautas voltadas a permitir a viabilização do empreendimento. Essa trama política e as implicações sobre o território podem ser elucidados pela observação de Haesbaert que escreve: “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2006, pag. 79), o relato de uma liderança do movimento social local exemplifica o fato:

Eles marcam audiência pública, quem fala é quem tá na mesa, eles pagam as despesas da viagem, e na audiência, aparecem pessoas que não são da nossa localidade, votam no final, assim como foi para aprovar o novo plano diretor do município, que prevê uma área portuária para o PAE - Santo Antônio, sem discussão com a comunidade. Mas o que acontece, nosso povo está tendo dificuldade de se apoderar, ele está enxergando que o Estado e o município devem lutar por ele, só que estão atrelados, e nós que moramos aqui, é que devemos ficar ciente, nós é por nós, e alguns parceiros que pela ética vão somar forças, devemos ter cuidado, com nossos diagnósticos, e devido a pandemia, ainda não fizemos nosso protocolo de consulta, mas tem gente fazendo reunião isolado com a gestão municipal e a empresa, na comunidade. (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE - Santo Antônio II, 26/01/2021).

Segundo, no que se refere à posição dos órgãos oficiais de Estado – esfera federal e estadual – como a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS-PA, Secretaria de Patrimônio da União-SPU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, estão sob uma

reconfiguração de suas funções constitucionais, e adotam mudanças com relação a postura e falta de autonomia administrativa, na qual promovem a insegurança jurídica, para as comunidades tradicionais possibilitando intervenção na concessão da titulação coletiva dos territórios do PAE - Santo Afonso, visto que já haviam sido criados por decreto federal.

A posição das agências, de estado estão discriminadas a seguir. 1. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS-PA, tem a missão institucional, promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Entre seus objetivos estratégicos: regular e normatizar os procedimentos de licenciamento ambiental, desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental. zelar pela idoneidade dos padrões e métodos da SEMA. Entretanto, está atuando em parceria com a Cargill Agrícola S/A, suas ações e atividades, recebem apoio como de logística: hotel, transporte despesas pagas pela empresa, para realizar o trabalho de fiscalização e audiências públicas de informações sobre o projeto TUP-Abaetetuba, nas comunidades afetadas mostrando estreitas ligações com funcionários do alto escalão da secretaria, expondo que este órgão age em conjunto com a empresa e não como agente imparcial de fiscalização ambiental.

2. A Secretaria de Patrimônio da União - SPU, possui competências que incluem, entre outras, a incorporação e regularização do domínio dos bens; sua adequada destinação; além do controle e da fiscalização dos imóveis. Elas estão descritas no art. 31 do Decreto nº. 9.035, de 2017. Neste segmento a SPU, solicita a imediata desvinculação da área pretendida para a construção do TUP-Abaetetuba, área aforada correspondente a 358,88 ha ou 3.588.888,23 m² da área maior do projeto de assentamento, denominado PAE SANTO AFONSO para posterior destinação da área remanescente ao INCRA.", desta forma viabilizando o projeto da empresa, inclusive esta

solicitação consta em documento oficial no processo judicial movido pelo movimento social local para retomar o território do PAE - Santo Afonso.

3. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, possui a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, está responsável pela concessão e titulação coletiva do território do PAE - Santo Afonso, sendo que este órgão já havia realizado a regularização fundiária para criação do PAE - Santo Afonso desde 2005, não se opondo a desvinculação do território já solicitada pela SPU, para ficar a disposição do projeto TUP-Abaetetuba, na transcrição do Ofício SEI Nº 312633/2020/ME, da SPU ao INCRA, expõe sobre o assunto :

Inicialmente, o INCRA informou através do Ofício INCRA-SR (01)G-Nº 89-2017, de 24 de fevereiro de 2017 que o imóvel é sobreposto ao Projeto Agroextrativista – PAE Santo Afonso, criado por meio da Portaria nº 37, publicada na Seção 1, pág. 110, do Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2005. Contudo, por meio do Ofício/INCRA/SR (01)/GAB/Nº 197/2017, datado de 12 de abril de 2017, o INCRA informou que não havia impedimento para exclusão da área do PAE Santo Afonso. Outrossim, verificamos que a área da Ilha Xingu, ainda não foi incorporada, nem destinada ao INCRA, em decorrência da ausência de ação discriminatória, conforme previsto nas cláusulas segunda do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o INCRA e a SPU em 21/09/2005. (OFÍCIO SEI Nº 312633/2020/ME).

O movimento social local tem como ponto de partida, um conjunto de ações coletivas, planejadas, organizadas e executadas por diferentes atores e entidades sociais. São atos simbólicos de grande repercussão social e midiática, em locais selecionados de importância estratégica, para expressar sentimentos, de indignação, incertezas, de resistência a chegada do projeto TUP-Abaetetuba.

Os atos de protestos e mobilizações são organizados pelo Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e várzea de Abaetetuba (MORIVA), Cáritas Comissão Diocesana Dom Ângelo Frosi, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Comissão Pastoral da Terra

(CPT) Guajarina, Associação Remanescente de Quilombos das ilhas de Abaetetuba (ARQUIA).

Os Projetos de assentamento do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio estão sob forte ameaça de perder a titulação coletiva, já concedida pelo governo Federal e cria dificuldades administrativas para a conclusão do processo. O governo federal através da Secretária de Patrimônio da União está promovendo aforamento de 400 ha, para conceder a empresa Cargill Agrícola S/A, e este ato questionado por meio da Ação de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente nº 0800766-13.2018.8.14.0070.

A ação coletiva, organização e estrutura são elementos que quando articulados, são fundamentais para se estabelecer um enfrentamento da magnitude dos que estão configurados na região das ilhas de Abaetetuba. Este é ângulo central das resistências sociais, alegoricamente, “marés de resistência”. Foucault (2008) ao examinar o termo resistência entende que o indivíduo governado pelo seu desejo, é o sujeito de uma resistência sempre possível ao poder político quando este põe em questão seu ser em perigo, sua integridade. O indivíduo torna-se sujeito ao resistir ao poder, não somente, mas também ao estado de coisas, resistência à injustiça, resistência a destruição, à morte, é nesse sentido que o sujeito do movimento social local, age como ator coletivo social.

As descrições detalhadas sobre as ações do movimento social local indicam que não apresenta lideranças específicas, reservas financeiras para sustentar as ações e mobilizações dos ribeirinhos do PAE - Santo Antônio II e Santo Afonso como elencado na análise clássica. Entretanto, conta com o apoio de diversas instituições não governamentais, como a CPT, Cáritas, Moriva, FASE, e da Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, para realizar suas ações e mobilizações, e em vários aspectos fazer o enfrentamento da empresa Cargill Agrícola S/A.

A partir deste cenário no entendimento de Almeida (2014) explica as estratégias de mediação, por meio de instituições da Igreja Católica, como a Cáritas e CPT, fatos comprovados através da denúncias sobre as ações da

Cargill Agrícola S/A, protocoladas por meios de ações Judiciais, como a de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, que tenta retomar o território, envolvido na disputa judicial, pretendido para a construção do TUP-Abaetetuba, pertencente ao PAE - Santo Afonso, e promovem uma ação de mediação. Esta consiste, segundo ALMEIDA 2014, pag. 101, na

intermediação que avança numa rota de colisão com o Estado e seus efeitos se ampliam nas zonas críticas de conflito. O seu êxito parece estar em razão direta de sua capacidade de se contrapor aos aparelhos de poder. Os conflitos localizados exigem novas instituições. O autor realiza o estudo sobre as entidades confessionais que assumem a posição de redefinir suas práticas, a coordenação, o assessoramento jurídico e aparato operacional. O relevante é estabelecer condições de competição com determinados aparelhos de poder, sobretudo em algumas áreas da Amazônia consideradas estratégicas. Eles marcam, até o presente, as práticas de mediação.

A ação coletiva que se configura, do movimento social local está pautada na defesa da qualidade de vida, igualdade de direitos, modos de vida, recursos naturais, cultura baseada no bem viver, autoafirmação como populações tradicionais, reconhecimento de direitos. Na interpretação de Tarrow (1994), surge a estrutura de oportunidades políticas que são as pautas e agendas colocadas pelo movimento social e que são criadas pelos diferentes atores: Estado, mercado, ou pelo movimento social. Trata-se, portanto, de um jogo de forças, em que se disputa a tomada de espaço político para defesa de território, recursos, etc.

Todo esse processo afeta de forma violenta a vida dos ribeirinhos, pelas circunstâncias nas quais a Amazônia está inserida, as empresas multinacionais promovem um cenário de conflito, impondo um ritmo de ocupação e invasão das terras tradicionalmente ocupadas, gerando insegurança e ameaças a estas populações. Tratam o ribeirinho, como se fosse invasor de seu próprio território. No discurso reiterativo comunicam que são as empresas os vetores do "progresso" o qual é inevitável. Em um discurso de inversão afirmam que a presença das comunidades tradicionais

é impedimento ao processo, no entanto no relato a seguir, o que realmente falta na região segundo uma liderança da CPT- Guajarina é implementar políticas públicas que proporcionem:

As potencialidades do cooperativismo, da industrialização do açaí, do ecoturismo, resgate de trabalhos artesanais, da cerâmica, agricultura familiar, da conscientização ambiental, do respeito ao período do defeso, utilizar material de pesca permitido pela lei, porque desenvolvimento é com a floresta em pé, temos muitas potencialidades, o cacau, o açaí. Então o fortalecimento da luta no Assentamento é o principal desafio, e sem ninguém mexer nada da natureza, para destruir o que temos. (Romildes Assunção Telles, CPT- Guajarina, 25/11/21).

Tilly, Tarrow, McAdam (1996) que elaboraram um estudo para mapear o universo do confronto político e de mobilização da sociedade. Estes autores apresentam o termo, litígio político, para designar as diferentes ações coletivas e movimentos sociais. O novo sujeito dos movimentos sociais surge enquanto coletivo difuso, não hierarquizado, a partir de suas ações apoiado em valores tradicionais, solidários e comunitários. Os atores sociais, dos novos movimentos sociais são analisados pelas suas ações coletivas e pela identidade coletiva criadas no processo. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de se autodefinir-se e explicitar as formas de relacionamento com o meio social e territórios, observa-se este fato na seguinte narrativa:

Faço parte de um grupo, que luta contra o empreendimento, estamos fazendo nosso protocolo de consulta, já fizemos a cartografia social, nós nascemos e nós criamos aqui, os nossos pescadores porque é onde a empresa quer dinamitar as pedras onde tem o peixe, para facilitar a navegação deles, e mesmo quando chegam estas barcaças os peixes afastaram, o camarão sumiu. O açaí quando está amadurecendo seca, devido a poluição da Hydro, a água está contaminada. Viver aqui é a minha paixão, não tenho intenção de sair daqui. Vem gente de todo lugar aqui, dos EUA, da Noruega, falar destas empresas do que fazem essas empresas no seu lugar, por isso temos que defender o nosso. (M.S.F, pescador, assentado do PAE- Santo Afonso, 23/08/21).

Tarrow (1994) destaca uma visão cíclica evolutiva do Movimento Social; o autor afirma que os estágios futuros de um movimento social dependem de seu processo inicial ou de posições políticas assumidas, das alianças que estabelece ou estabeleceu e do sucesso real em mobilizar pessoas ou não. Tarrow (1994) elaborou a teoria de ciclo de protestos, que define como fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo a rápida difusão da ação coletiva combinando as formas organizadas e não organizadas, as sequencias de interações intensificadas entre desafiadore (integrantes do movimento) e as autoridades ou adversários. É sob esse prisma que se observam as ações do movimento social local, do PAE Santo Afonso/ Santo Antônio. A figura 03, identifica a Mobilização dos Afetados, pelo TUP-Abaetetuba, conhecido como “Grito das Águas” que se posiciona contra a poluição e a degradação do meio ambiente:

Figura 02-Praia do Areia, PAE- Santo Afonso, mobilização contra o TUP - da Cargill, ato simbólico do movimento social local.



Fonte: Dossiê manifesto Baixo Tocantins, 2021 .

A partir desta ação são firmados compromissos com a defesa da natureza, como limpeza dos rios, das margens, e no ano seguinte fazer uma avaliação sobre o ato, com projeção para os anos futuros. Em 2014 iniciou na ilha do Capim, em 2015 foi realizado no Rio Abaeté, 2016 ilha Xingu, em 2017 novamente no Rio Abaeté, nesses atos forma protagonistas o MORIVA e

a CPT – Guajarina. A Paróquia das ilhas, em 2018, observando que o ato estava sendo bem sucedido, convoca suas entidades CEBS, comunidades eclesiais de base, para se apropriar do ato Grito das Águas, e devido possuir mais recursos, promovendo o isolamento do Moriva e a CPT, ficando na condição de coadjuvante do referido ato.

Outra de luta está no âmbito jurídico, a Defensoria Pública do Estado, Núcleo de Defesa de Direitos Humanos – NDDH ajuizou Ação de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, de natureza para potencial litígio coletivo pela posse de extensão de terra localizada em área de Projeto de Assentamento Agroextrativista, PAE - Santo Afonso, área de instalação do TUP-Abaetetuba.

O Ministério Público do Estado do Pará, em função de denúncias feitas por representantes das comunidades afetadas, solicitou providências acerca do agendamento pela empresa Cargill de reuniões nas comunidades, marcada para o dia 26/11/2021, e outras datas dos meses de novembro e dezembro do ano passado. Informaram que a referida empresa está cooptando alguns moradores das comunidades para criar um documento com aparência de consulta livre prévia e informada e ressalta que esse não terá legitimidade, portanto publicou a recomendação de nº 14/2021, enfatizando que a empresa Cargill Agrícola S/A:

1)Se abstenha de realizar reuniões nas comunidades a título de conceder roupagem de Consulta Prévia Livre e Informada, incluindo a que será realizada na data de amanhã, dia 26/11/2021 para a construção do Terminal Portuário de uso Privado – TUP Abaetetuba;2) Que o Estado do Pará e o Município de Abaetetuba organizam audiências públicas informativas com as comunidades que serão afetadas pelo projeto do empreendimento em questão, observando as regras dos Protocolos das Comunidades, a exemplo de encaminhamento de ofício prévio que que sejam definidos o local, a data e o horário;3) Que o Estado do Pará e o Município de Abaetetuba se abstenham de conceder qualquer licença para a realização das obras referentes ao Terminal Portuário de uso Privado – TUP Abaetetuba antes de ser realizada, de forma legítima, a Consulta livre, prévia e informada, em atenção à Convenção 169 da OIT. (4º

Promotora de Justiça Auxiliar/ 8ª Promotora de Justiça Agrária de Castanhal (1ª Região) Abaetetuba/PA, 25/11/ 2021).

Há também confrontos de narrativas, sobre o tema, com novos instrumentos, novas estratégias de luta. A rádio Conceição FM 106.1 MHz, de alcance local propriedade da Igreja Católica, abriu espaço para um programa de divulgação do projeto TUP - Abaetetuba, chamado de “Se liga Abaeté”, da Cargill Agrícola S/A, com a missão de “diálogo social”. Nele a diretora de comunicação Eliane Uchoa, da Cargill, esclarece sobre todas as dúvidas e divulga canais informativos na internet, e da cartilha “Navega Abaeté” para a comunidade ter conhecimento sobre o TUP - Abaetetuba.

Este programa de rádio, promoveu um novo campo de luta, através de disputas de narrativas. Esse contexto é contraditório porque, a Igreja Católica, através de suas instituições fazem o enfrentamento dos grandes empreendimentos na região, por meio da Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi, que está presente nas Ilhas de Abaetetuba, Paróquia das Ilhas, Pastoral da Criança, para o enfrentamento dos grandes projetos, e das mazelas sociais existentes na região.

Em resposta contrária a esse cenário, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE tem contribuição com o movimento social local de cooperação técnica e educacional. A FASE também tem um programa de rádio, que vai ao ar nos sábados, pela manhã, sobre os impactos do porto da Cargill Agrícola e a Hidrovia Tocantins – Araguaia. O objetivo é elaborar a explicação dos efeitos socio ambientais dos grandes empreendimentos, na Amazônia, e em Abaetetuba, sendo transmitido pelo programa “Tipiti”, na mesma Rádio Conceição FM 106.1.

CONCLUSÕES

Os grandes projetos na Amazônia minero metalúrgico e do agronegócio, e agora de infraestrutura portuária são verdadeiros destruidores dos recursos naturais, produzindo devastação e poluição socio ambiental, expulsando as populações tradicionais presentes em seus territórios, que são os verdadeiros donos dessas terras. A Amazônia não

significa apenas recursos, florestas e rios, mas um mundo de cheiros, movimentos, sons e vida, principalmente daqueles que estão, ao longo de gerações tem preservado e reproduzido modos de vida específicos neste universo. A categoria identitária de ribeirinho é assumida nas mobilizações políticas que tem por bandeira o território, os sistemas de uso comum e a autonomia para decidir o desenvolvimento que lhes convém.

Esse movimento social local, busca a partir da coalizão com as demais instituições de apoio: Caritas, Comissão Pastoral da Terra - CPT - Guajarina, Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Abaetetuba-STTRA, Movimento dos Ribeirinhos de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - MORIVA, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, formarem uma potente força de resistência, as ações praticadas pela empresa Cargill Agrícola S/A, somadas com outras do Poder Judiciário: Ministério Público do Estado e Defensoria Pública do Estado-NDDH-(Núcleo de Defesa de Direitos Humanos).

A exemplo do que ocorreu em Santarém-PA, quando da construção do Porto da Cargill, segundo estudo da ONG, Terra de Direitos, (06/2021) tem-se observado deficiências na composição da equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA; falta de autonomia da equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA em relação à empresa interessada; ausência de estudos antropológicos; análises com ausência ou insuficiência de bases metodológicas; falhas metodológicas no desenho do estudo; erros deliberados na delimitação das áreas de influência direta e indireta; fragilidades nos diagnósticos de uso e ocupação dos solos; omissões quanto aos processos de organização social das áreas de influência. Observa-se que este cenário, se repete na região das ilhas territórios do PAE - Santo Afonso e Santo Antônio II.

A não realização de consulta prévia e informada a povos e comunidades tradicionais; frágeis análises de questões ambientais; diagnósticos elaborados predominantemente com dados secundários; falta de integração dos dados referentes aos estudos específicos; deficiências na

redação do texto do EIA/RIMA; invisibilização de povos e comunidades tradicionais; texto com perspectivas subjetivas e ideológicas questionáveis; RIMA com informações inverídicas, dados distorcidos e omitidos, prosseguem nesta lógica de uma série de irregularidades presentes no EIA/RIMA (2018), da Cargill Agrícola.

A Cargill Agrícola S/A, através do EIA/RIMA (2018) invisibiliza e inferioriza as comunidades tradicionais, presentes no PAE - Santo Antônio e Santo Afonso, seus modos de vida, sua cultura entrelaçada com os rios, a pesca, a navegação e a gestão dos recursos que esse território oferece para esses grupos sociais. As propostas da empresa de que haverá compensações, quando da operação do complexo portuário, venha oferecer empregos e renda ao município, promove em escala avançada a cooptação de lideranças, mas também ameaças e coerção para aqueles que oferecem algum tipo de resistência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Aggiornamento Agônico a trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia** In: Mobilização social na Amazônia: a 'luta' por justiça e por educação / - 1. ed. - Rio de Janeiro, E-Papers, 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO, Rosa Elizabeth Marin; MARTINS, Cinthya de Carvalho. (coord. geral). **Mapa: conflitos socioambientais e ameaças aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais da ilha Xingu**. Nova Cartografia Social da Amazônia: uma síntese das experiências. Manaus: UEA Edições, 2017. Disponível em: novacartografiasocial.com.br/download/mapa-conflitos-socioambientais-e-ameacas-aos-direitos-territoriais-de-povos-e-comuniades-tradicionais-da-ilha-xingu/. Acesso em: 23 jun. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Inconclusión no significa paralización**. In: TERRITÓRIO CULTURA E POVOS, II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEGAPROJETOS, ATOS DE ESTADO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 1.ed. Anais [...]. Cali: Programa Editorial Universidade Autónoma de Occidente, 2020, p.22.

AMBIENTARE. **Relatório de Impacto Ambiental: Terminal de Uso Privado - TUP Abaetetuba - Cargill Agrícola S.A.** Abaetetuba: Ambientare Soluções em Meio Ambiente, out. 2018. Disponível em: semas.pa.gov.br/wp-

content/uploads/2019/07/RIMA_TUP_Abaetetuba.pdf. Acesso em: 20. jan. 2020

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13.ed. Fernando Tomaz (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Mariana Echalar (trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Mariana Echalar (trad.). São Paulo: Boitempo, 2017.

DOSSIÊ, **Manifesto: conflitos, violências, violações de direitos Humanos e as ameaças aos territórios no Baixo Tocantins, Amazônia Oriental**, Brasil, 08/2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**, tradução de Luiz Felipe Baeta Neves-7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, pag.72-75, 2008.

GOHN, Maria Glória Bringel. **M. Movimentos sociais na era global**. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade**, Rio de Janeiro Bertrand, 2006.

INCRA. **Ofício Nº 38231/201/ SR (01) PA INCRA. SPU**. Secretaria de Patrimônio da União - OFÍCIO Nº 77945/2020/SR(01)PA-G/SR(01)PA/INCRA-INCRA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Abaetetuba**. IBGE: 2021. Disponível em: ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html. Acesso em: 20 jun. 2020.

LEFF. Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MCADAM, Douglas; TARROW, Sidney.; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. Revista Lua Nova, n. 76, São Paulo p. 11-48, 2009.

www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba edição nº 16 e 19.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/planejamento/unidades/spu>, acesso em 16/02/22.

<https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>, acesso em 16/02/22.

<https://www.semas.pa.gov.br/institucional/o-que-e-a-sema/> acesso em 17/02/22.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). **Portaria 002/2020-** MP/4º PJA 4º Promotoria de Justiça em Abaetetuba 13/10/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). **Recomendação de nº 14/2021**, 4º Promotora de Justiça Auxiliar/ 8º Promotora de Justiça Agrária de Castanhal (1ª Região) Abaetetuba/PA, 25/11/ 2021.

TARROW, Sidney. **Power in movement**, Cambridge, Un. Press, 1994.

Terra de Direitos, Cargill e violação de direitos no Tapajós, estudo completo Cargill Santarém, 06/2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ-TJPA-Vara Agrária da Região de Castanhal - **Ação Civil Pública, nº 0800766-13.2018.8.14.0070**, Vara Agrária Regional de Castanhal, 26/03/2018.

TILLY, Charles. McADAM, Douglas. TARROW Sidney, **The Map contententious**, In: Mobilization, vol. 1, n. 1, 1996.

TOURAINÉ, Alan. **Le voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**, Tradução, Artur Morão Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.